



REDE SOCIAL ALMADA

DIAGNÓSTICO CONTÍNUO
DA REDE SOCIAL DE ALMADA
CONSELHO LOCAL DE
AÇÃO SOCIAL DE ALMADA

CADERNO COMUNIDADES CIGANAS

**DIAGNÓSTICO CONTÍNUO DA REDE SOCIAL DE ALMADA
CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL DE ALMADA**

CADERNO COMUNIDADES CIGANAS

**MUNICÍPIO DE ALMADA
FEVEREIRO DE 2023**

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Diagnóstico Contínuo da Rede Social de Almada / Conselho Local de Ação Social de Almada
Caderno “Comunidades Ciganas”
Conteúdos 2022, conclusão 2023

REALIZAÇÃO

Departamento de Intervenção Social e Habitação
Divisão de Intervenção e Integração Social
Rede Social de Almada

ACOMPANHAMENTO

Núcleo Executivo da Rede Social de Almada (entidades) – Biénio 2021/2022:
Agrupamento de Centros de Saúde de Almada Seixal
Câmara Municipal de Almada – Divisão de Intervenção e Integração Social
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Almada
Direção Geral de Estabelecimentos Escolares / Direção Serviços Região
Lisboa e Vale do Tejo – Agrupamento de Escolas Romeu Correia
Entidade sem fins lucrativos – Associação Iniciativas Populares para a
Infância do Concelho de Almada (AIPICA)
Grupo Concelhio para a Deficiência – Associação Portuguesa de Pais e
Amigos do Cidadão Deficiente Mental
Grupo Concelhio para a Pessoa Idosa – Liga de Amigos do Hospital Garcia de Orta
Instituto de Emprego e Formação Profissional – Centro de Emprego de Almada
Instituto da Segurança Social, Instituto Público – Centro Distrital de Setúbal
Juntas de Freguesia do Concelho – União das Freguesias de Almada, Cova
da Piedade, Pragal e Cacilhas e União de Freguesias da Caparica/Trafaria
Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo do Concelho de Almada
– AMI/Centro Porta Amiga de Almada
Santa Casa da Misericórdia de Almada

PARTICIPAÇÃO

Parceria de elaboração do Plano Local para a Intervenção das Comunidades

Ciganas:

Associação Agarrar Exemplos

Associação ACEK

Associação Costume Colossal

Associação Kalé Heritage

Agrupamento de Escolas Miradouro de Alfazina

Agrupamento dos Centros Saúde de Almada/Seixal

– Unidade de Cuidados na Comunidade de Almada

Câmara Municipal de Almada – Divisão de Habitação

Centro Qualifica da Escola Secundária Cacilhas-Tejo

Santa Casa da Misericórdia de Almada

EDIÇÃO, PROPRIEDADE E REPRODUÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA

Departamento de Intervenção Social e Saúde

Divisão de Intervenção e Ação Social

Edifício Almada *Business Center*

Rua Marcos Assunção, 4 – 3.º Piso, Pragal – 2805-290 Almada

redesocial@cm-almada.pt

www.cm-almada.pt

www.cm-almada.pt

www.cm-almada.pt

redesocial@cma.m-almada.pt

Índice

INTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO 1	
– Principais elementos de caracterização diagnóstica	7
1.1 – Retrato sócio demográfico da comunidade cigana de Almada e enquadramento face à área Metropolitana de Lisboa	7
1.2. – População cigana por grupos de concelhos	8
CAPÍTULO 2	
– Identificação dos problemas e necessidades específicos das comunidades ciganas em função dos objetivos estratégicos da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC)	Erro! Marcador não definido.
2.1 – Quadro de discriminação generalizada face às pessoas ciganas	16
2.2 – A perspetiva de quem está nas entidades <i>versus</i> os “destinatários”	19
2.3 – Conhecimento sobre as pessoas ciganas	20
2.4 – Cidadania inclusiva e de não discriminação	24
2.5 – Intervenção em mediação intercultural	29
2.6 – Condições efetivas de acesso à educação sucesso educativo e aprendizagem ao longo da vida de pessoas ciganas	30
2.7. – Condições para uma participação plena e igualitária de pessoas ciganas no mercado de trabalho e na atividade profissional	31
2.8. – Condições para uma efetiva igualdade de acesso a uma habitação adequada por parte de pessoas ciganas	32
2.9. – Condições efetivas de ganhos em saúde ao longo dos ciclos de vida de pessoas ciganas.....	33
Ano de 2020	34
Ano de 2021	35
Ano de 2022	36
Análise swot relativa ao diagnóstico	38
ÍNDICE DE SIGLAS	39
BIBLIOGRAFIAS / FONTES	40

INTRODUÇÃO

A Câmara Municipal de Almada, através da Rede Social de Almada, está a desenvolver um processo participado na montagem de um dispositivo de Diagnóstico Social contínuo, organizado por áreas temáticas e de intervenção, que inclui conexões entre Baterias de Indicadores, os recursos e materiais do Sistema de Informação (sempre catalogados), os contributos das parcerias e projetos em curso e, finalmente, as operações de sistematização de dados e de acerto de leituras, o que resulta na edição regular de CADERNOS sempre que se verifiquem atualizações relevantes e abrangentes das informações da respetiva área.

O presente **Caderno de Diagnóstico sobre as Comunidades Ciganas** foi extraído maioritariamente do **Plano Local para a Integração das Comunidades Ciganas de Almada 2019/2020**, o qual foi elaborado com a participação de várias entidades da parceria da Rede Social de Almada (entidades públicas e da rede solidária), com experiência de trabalho na intervenção junto de comunidades ciganas residentes no concelho de Almada e as associações ciganas que se encontram constituídas no território.

Após a primeira edição deste Plano, em 2022 foi estabelecida a Carta Compromisso entre a Câmara Municipal de Almada e o Alto Comissariado para as Migrações, com o objetivo de se elaborar a **2.ª edição do Plano Local para a Integração das Comunidades Ciganas (PLICC)**. Na impossibilidade de ser elaborado novo Plano Local, **as Medidas do 1.º PLICC foram alargadas para o triénio 2021/2023**, o qual oportunamente, será necessário proceder à atualização diagnóstica.

O **Plano Local para a Integração das Comunidades Ciganas (PLICC) de Almada** constitui-se um dos instrumentos de planeamento estratégico local, resultou de um processo participativo, e integrou-se no Plano de Desenvolvimento Social de Almada 2018-2021, no Eixo 3 (Direitos e Cidadania), na área de intervenção dos Imigrantes, Minorias e Refugiados, integrado no objetivo estratégico 7.2 “Construir e desenvolver, com o envolvimento das associações representantes, uma estratégia de integração e promoção das comunidades ciganas residentes no concelho de Almada” e no Plano de Desenvolvimento Social concelhio 2022/2025, no Eixo II – Promoção de Políticas Ativas, no Objetivo II.1 “Desenvolver, monitorizar e avaliar as estratégias municipais, assegurando a sua incorporação nas dinâmicas e dispositivos da intervenção social em parcerias e a sua conexão com o sistema de informação.”

O presente Caderno apresenta um retrato dos pontos de vista dos participantes na elaboração do 1.º PLICC e um registo do trabalho realizado nas últimas duas décadas junto da população cigana residente no concelho de Almada, incluindo Seminários e Encontros realizados à volta da discussão das problemáticas das comunidades locais.

Para além destas fontes, o presente Caderno de Diagnóstico introduz informação atualizada entre 2020 e 2022, resultado da dinâmica local desenvolvida no âmbito do Conselho Local de Ação Social de Almada (CLASA), e das dinâmicas, sinergias e atividades realizadas por via das várias linhas de financiamento que se desenvolveram neste último triénio.

CAPÍTULO 1

– Principais elementos de caracterização diagnóstica

Sob a responsabilidade da Divisão de Intervenção e Ação Social (DIAS) do Departamento de Intervenção Social e Saúde (DISS) da Câmara Municipal de Almada (CMA) e a partir dos dados das sessões de construção do **1.º Plano Local de Integração das Comunidades Ciganas (PLICC) de Almada do biénio 2019/2020** e demais documentação estatística disponível que caracteriza, o presente Caderno de Diagnóstico caracteriza o levantamento das principais tendências locais no que diz respeito às comunidades ciganas residentes em Almada, numa visão longitudinal e comparativa com as dinâmicas globais quer do país, quer da área metropolitana de Lisboa. Conforme já referido na Introdução, **as Medidas do 1.º PLICC foram alargadas para o triénio 2021/2023**, sendo necessário proceder à respetiva atualização diagnóstica.

Para elaboração do 1.º PLICC foram consultados os seguintes estudos diagnósticos: “Estudo Nacional das Comunidades Ciganas” (ACM-Alto Comissariado para as Migrações, 2014); “Caracterização das condições de habitação das comunidades ciganas residentes em Portugal (IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2013/2014); “Caracterização das Famílias Ciganas do Concelho de Almada – Rendimento Social de Inserção e Ação Social” (janeiro/fevereiro 2008); Levantamento da Divisão de Habitação da CMA (abril de 2019).

1.1 - Retrato sócio demográfico da comunidade cigana de Almada e enquadramento face à área Metropolitana de Lisboa

O concelho de Almada localiza-se na NUTS II – Área Metropolitana de Lisboa e na Península de Setúbal, com uma área total de 71 Km² e uma população residente de **177 268 munícipes (Censo 2021)**, que constituem **75 755 famílias** (que conheceram um acréscimo de **+5,3%** na década 2011-2021).

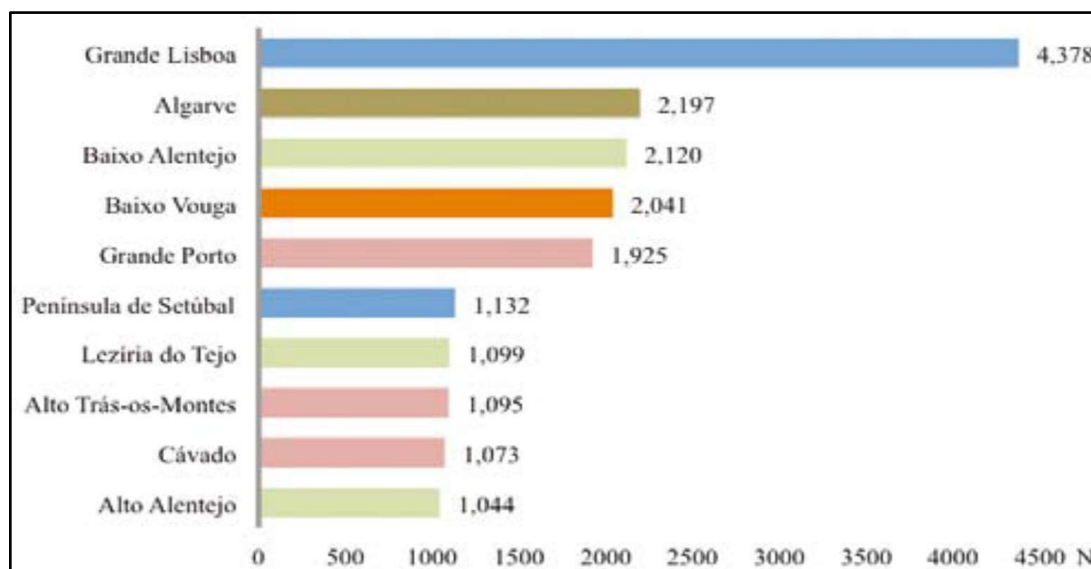
O Concelho de Almada é composto por 5 territórios que agrupam as freguesias: União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda, União de Freguesias de Caparica e Trafaria, União de Freguesias de Laranjeiro e Feijó e Junta de Freguesia da Costa de Caparica.

Os dados estatísticos relativos às comunidades ciganas são escassos e não estão sistematizados, nomeadamente a nível concelhio. Alguns dos estudos que existem apresentam limitações, uma vez que se verifica uma percentagem elevada de não resposta dos municípios aos pedidos de dados efetuados pelas diversas entidades responsáveis pelos estudos (como é o caso do Estudo Nacional e o levantamento do IHRU). Por isso, os dados apresentados no 1.º PLICC foram analisados em conjunto, de forma a chegar a um retrato aproximado da realidade.

Tendo por base o último **Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas**¹ e o respetivo levantamento junto das Autarquias nacionais, tendo sido recolhidos dados de **150 Municípios** (cerca de 50% do total do território nacional – 308 municípios), apurou-se um total de **24 210 pessoas ciganas no total**. De acordo com este mesmo estudo as autarquias respondentes identificaram em território nacional **822 “comunidades” e/ou núcleos residenciais de pessoas e famílias ciganas**.

Ainda de acordo com este estudo, a **zona da Península de Setúbal**, onde se inclui o concelho de Almada, terá uma **população de 1132 pessoas ciganas**, colocando-a em 6.º lugar no que diz respeito a grandes grupos de concelhos.

1.2. População cigana por grupos de concelhos

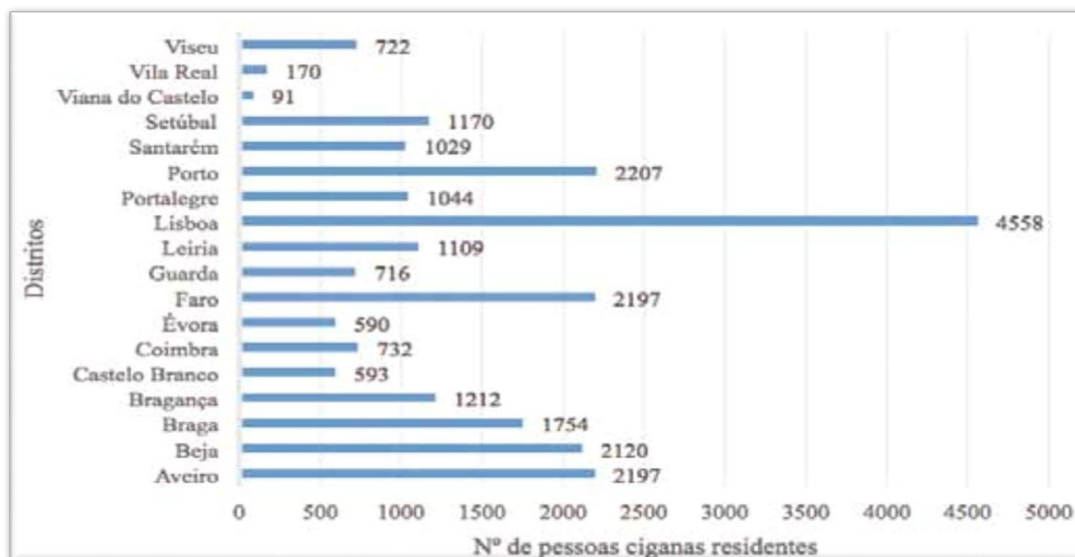


Fonte: Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas, ACM, 2014

¹ Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas, ACM, 2014

Quando analisado por distrito, **Setúbal** apresenta uma **população de 1170**, ficando em 8.º lugar nos distritos com mais pessoas ciganas residentes.

N.º de Pessoas por Distritos



Fonte: Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas, ACM, 2014

Estes dados parecem-nos subvalorizar o número de pessoas ciganas do distrito (e, por conseguinte, no concelho), uma vez que existem outras fontes que apresentam dados diferentes, nomeadamente a “Caracterização das condições de habitação das comunidades ciganas residentes em Portugal”, “Caracterização das Famílias Ciganas do Concelho de Almada – RSI e Ação Social” e o Levantamento da Divisão de Habitação da CMA.

Assim, de acordo com os dados apurados pelo Estudo de “Caracterização das condições de habitação das comunidades ciganas residentes em Portugal” realizado pelo IHRU, a **estimativa calculada para o concelho de Almada apresenta 323 famílias ciganas a residir em habitação social, com um número aproximado de 1218 pessoas**, o que só por si já ultrapassa o total do valor estimado no Estudo Nacional para todo o Distrito de Setúbal. Se a este dado juntarmos os resultados obtidos pelo número de agregados familiares residentes **em habitação social camarária – 127 agregados com um número aproximado de 503 pessoas** – chegaremos a um subtotal das famílias detetáveis por via da habitação pública na ordem das **450 famílias e 1721 pessoas** – o que nos indica que **Almada apresenta uma comunidade cigana relativamente numerosa, não existindo, porém, dados precisos e atualizados relativos à sua dimensão e localização.**

O último levantamento efetuado foi em 2008 e foi realizado no âmbito do Núcleo Local de Inserção (NLI)² no âmbito do qual foram contabilizados, no concelho de Almada, perto de **500 agregados familiares ciganos beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI)**, com a seguinte distribuição por freguesias (anterior organização territorial):

TERRITÓRIO	Nº AGREGADOS
Laranjeiro	1
	7
	3
Pragal	1
	3
	0
Costa da Caparica	4
	2
Trafaria	3
	9
Monte Caparica	3
	7
Almada	3
	6
Feijó	2
	4
Cova da Piedade	1
	3
Sobreda	5
TOTAL	4
	9
	9

Fonte: NLI, 2008

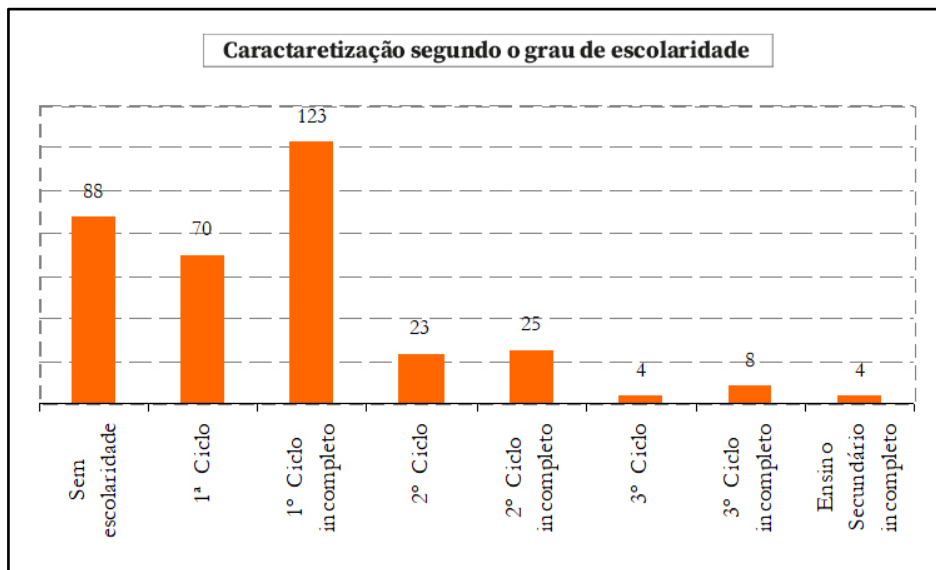
Se considerarmos a média de 3,77 pessoas por agregado, teremos **aproximadamente 1881 pessoas beneficiárias desta medida**, número que só por si é revelador da importância da dimensão da comunidade no Município.

Apesar destes dados não serem atuais, de acordo com o conhecimento que temos do terreno e daquilo que as organizações partilham sabemos que existe no concelho uma comunidade cigana muito significativa, espalhada pelas diferentes freguesias, mas com predominância no Laranjeiro, Pragal e Monte de Caparica. De salientar que **a maioria dos agregados identificados residem em habitação social pública.**

² Perfil dos agregados familiares ciganos, beneficiários da medida do Rendimento Social de Inserção, Núcleo Local de Inserção de Almada, 2008

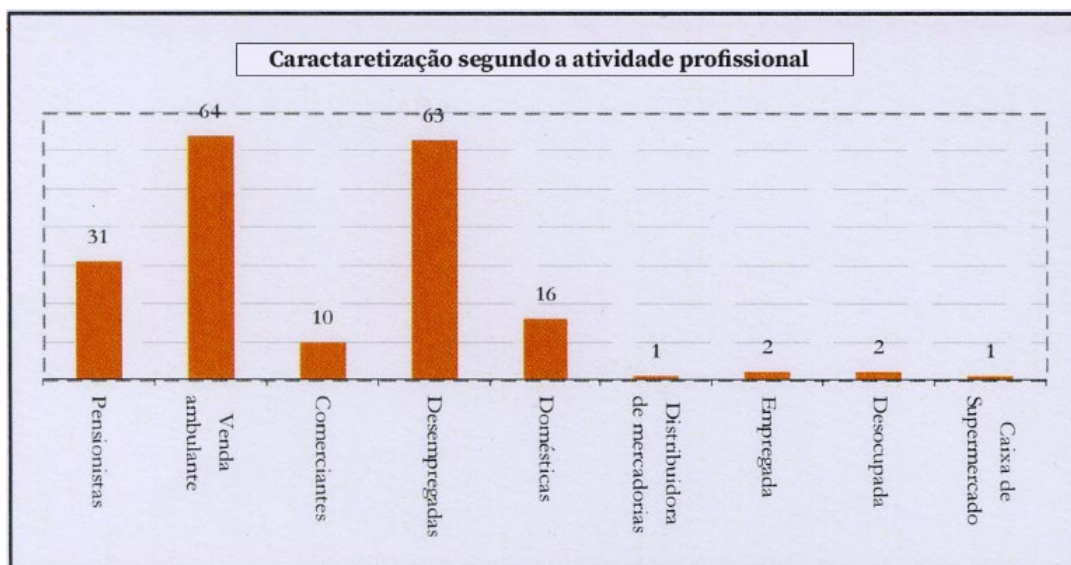
No que concerne às principais problemáticas identificadas no estudo de 2008, e em linha com os dados do Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas, destacam-se as seguintes:

- A maioria dos beneficiários não tem o 1.º ciclo completo (61%),



Fonte: NLI, 2008

- 63 dos 190 beneficiários encontram-se desempregados (34%),

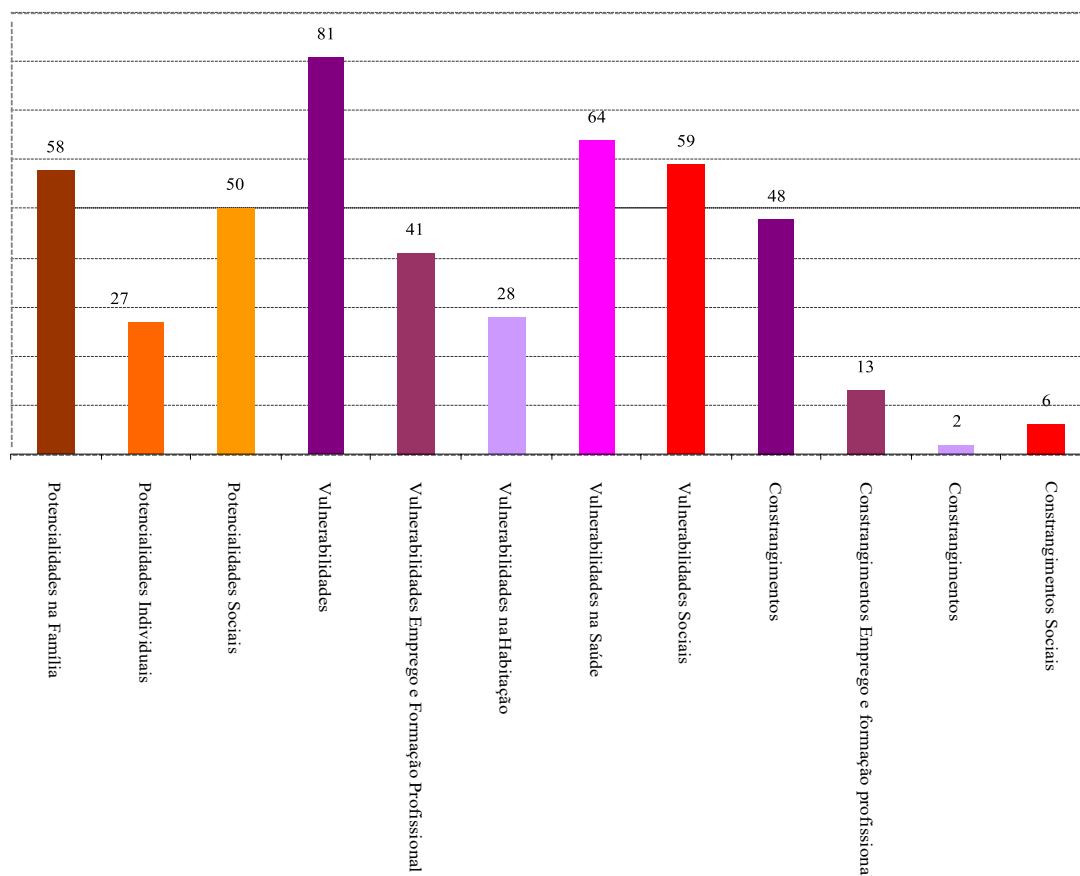


Fonte: NLI, 2008

A população registada com atividade profissional, tem como maior prevalência, em termos de função, a venda ambulante (64 agregados); 10 agregados estão classificados como comerciantes, desempenhando as restantes atividades residuais, registando-se ainda 31 agregados como pensionistas. Estes valores ilustram bem o predomínio das precariedades do emprego nesta comunidade

Principais vulnerabilidades identificadas:

- **A Educação e a sua valorização**
- **O acesso e a relação com a Saúde**
- **O acesso e as relações com a Habitação**



De acordo com os dados obtidos pelo mais recente levantamento da Divisão de Habitação da Câmara Municipal de Almada, **do total dos agregados familiares residentes em habitação pública municipal (2332 famílias) só 127 (5,7%) pertencem à comunidade cigana**. Encontram-se distribuídos com maior concentração nos territórios do **Laranjeiro, onde residem 62 agregados (2,8%)** e no **Monte de Caparica, onde residem 39 agregados (1,75%)**, encontrando-se os restantes **26 agregados (1,2%) dispersos pelo concelho**. Este subtotal já se encontra acima referido e integrado (nos **cerca de 500 agregados** que estão detetados por via dos acessos às políticas públicas ativas).

O Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas possibilitou estabelecer, a nível nacional, diferenças consideráveis ao nível dos perfis identitários das diferentes comunidades. A generalidade da comunidade residente em Almada reúne as seguintes características distintivas:

- *Uma maior percentagem de pessoas com idades compreendidas entre os **25 e os 44 anos**;*
- *Uma maior percentagem de pessoas com escolaridade ao nível do **1.º ciclo**;*
- *Maior proporção de trabalhadores/as e cerca de 1/3 a fazer **venda ambulante**;*
- *Estabelece maior **rede de amizades mistas** e com mais relações com não Ciganos;*
- *Entre as tipologias de comunidades ciganas a nível nacional, estamos perante o perfil com maior n.º de votantes (maior grau de **participação cívica**);*
- *Têm como principal fonte de rendimento o **RSI e outros subsídios**, destacando-se, no entanto, a existência de um n.º significativo de pessoas ciganas que têm o **trabalho como fonte de rendimento**;*
- *Caracterizam-se por desenvolverem maior **participação associativa**, em relação a outros tipos de comunidades ciganas;*
- *Existência de maior n.º de pessoas que já se sentiram discriminadas (maior **consciência social**);*
- *Maior proporção de **cônjuges não ciganos**;*
- *Comunidades com maior **capacidade de utilização** de equipamentos domésticos e de serviços de comunicação;*
- *Comunidades com mais **filhos e netos na escola**.*

As características enunciadas pelo referido Estudo permitem “classificar” o perfil predominantemente residente em Almada como fazendo parte das “**Comunidades Ciganas Urbanas**” Nacionais. Os traços distintivos que caracterizam este grupo constituem importantes potencialidades ao nível do trabalho a desenvolver.

Estes dados são reforçados pelo último estudo realizado pelo Ministério da Educação (ME) relativo aos estudantes ciganos matriculados nas escolas públicas por distrito, nível e modalidade de ensino no ano letivo 2016/2017. De acordo com o estudo “Perfil Escolar da Comunidade Cigana” podemos constatar que o **distrito de Setúbal (onde se inclui Almada) regista valores de alunos/as ciganos/as muito acima** da generalidade dos restantes distritos nacionais, tal como se pode ver pelo quadro resumo (foram selecionados os 5 distritos com mais alunos/as):

Distrito	Pré-Primário	3.º Ciclo	Tot. Básico	Tot. Secundário	Ensino Doméstico	Tot. Matric.
Lisboa	294	148	1962	10	33	2266
Porto	165	144	1110	8	5	1283
Setúbal	16	10	1101	9	15	1276
	6	4				
Beja	176	53	798	6	-	980
Aveiro	169	128	731	23	7	923

Fonte: ME, 2016/2017

O distrito de Setúbal só é ultrapassado por Lisboa e Porto no total de alunos/as matriculados, apresentando o 4.º maior número de alunos/as inscritos, a nível nacional, no Pré-Primário e no 3.º Ciclo. Regista ainda o 3.º maior número de alunos/as matriculados no Ensino Secundário e é, ainda, o segundo distrito com maior número de alunos inscritos em Ensino Doméstico.

Estes valores constituem mais uma das já referidas características das “Comunidades Ciganas Urbanas” Nacionais e constituem uma nítida potencialidade para a execução do Plano Local para a Integração das Comunidades Ciganas de Almada.

A construção coletiva do diagnóstico referente ao estado da integração das comunidades ciganas em Almada foi um processo atravessado por diversas tensões, decorrentes da complexidade de dimensões que se cruzam e do facto de termos em presença simultânea atores de natureza muito diversa, com níveis de poder distintos.

Os discursos e as narrativas produzidas não podem, pois, ser retiradas do contexto em que foram produzidos, nomeadamente no que diz respeito às associações da comunidade cigana, que estavam num espaço político frequentemente inacessível e que foi privilegiado para a sua tomada de posição estratégica local.

Destas tensões destacam-se:

- Discriminação versus discurso de vitimização

A questão da discriminação e, associada a ela, o preconceito existente na sociedade relativamente às pessoas ciganas constitui, para as comunidades ciganas, o maior obstáculo para a sua integração. Ficou bem patente durante todas as sessões realizadas no âmbito da construção do PLICC que **o preconceito existe em todos os setores da sociedade** e que as situações de discriminação são **vividas diariamente pelas pessoas ciganas**, impossibilitando-as de aceder a direitos básicos e a realizarem-se enquanto pessoas. O preconceito contamina o sistema: na educação, no emprego, na habitação, na participação cívica.

Esta realidade vivida e partilhada pela comunidade cigana é entendida pelos técnicos das organizações locais como um **discurso permanente de vitimização** da comunidade cigana junto das entidades, e que não existe um entendimento claro da mesma relativamente à **dimensão dos direitos versus deveres**.

Esta situação conduz a um quadro generalizado de carência de relação de confiança entre a sociedade maioritária e as comunidades ciganas.

- A comunidade cigana versus As comunidades ciganas

Numa época em que assistimos a mudanças dentro da comunidade, iniciadas pelas próprias pessoas ciganas, elas exigem que se tenha em consideração a grande diversidade existente dentro das comunidades e não se tome as partes como um todo, generalizando situações que podem ainda persistir. Verifica-se uma exigência de rigor na linguagem utilizada, uma vez que essa linguagem é o veículo de transmissão deste movimento de mudança a ser operado a partir de elementos da própria comunidade cigana. Este aspeto é muito importante para as pessoas ciganas, uma vez que, na sua opinião, será a partir da aposta e da visibilidade destes elementos que se produzirá um efeito de alastramento sobre as restantes comunidades.

Ainda ocorre que esses **modelos de mudança** ainda não chegaram às entidades locais, que trabalham diariamente com uma fatia maioritária da comunidade que ainda permanece em situações de exclusão, sem acesso a educação que a possa colocar noutra posição de empoderamento. A realidade que as associações ciganas partilharam ainda não se reflete na realidade que as entidades interventoras encontram no dia a dia. Neste sentido, verificou-se aqui uma **clara discrepância entre as visões de “uns” e de “outros”**. As entidades interventoras não se reveem no discurso das associações ciganas.

Tendo como base estas tensões, que estiveram presentes em todos os momentos, identifica-se de seguida áreas problema no que diz respeito à integração das comunidades ciganas.

2.1 – Quadro de discriminação generalizada face às pessoas ciganas

Verifica-se na sociedade portuguesa uma predominante disposição de discriminação face às pessoas ciganas transversal a todos os setores e que é vivido quotidianamente por estas pessoas e as impede de aceder a um conjunto de direitos básicos.

Esta disposição de discriminação é causada pela existência de um preconceito generalizado face à pessoa cigana. Esse preconceito, que pode tomar a forma de crenças é identificado tanto por parte das comunidades maioritárias como pela minoritária comunidade cigana e provoca as condições de desconfiança mútua que contaminam uma parte significativa dos contatos e relações que se estabelecem.

Nas sucessivas caixas registam as vozes dos “players” – nas sessões participativas de construção de instrumentos de planeamento/diagnóstico:

O quadro de referência partilhado em toda a sociedade baseia-se em preconceitos. Há desconfiança dos dois lados, não se acredita.
O paradigma das relações entre pessoas não-ciganas e pessoas ciganas e entre as instituições/organizações e as pessoas ciganas é a desconfiança.
Vivemos de costas voltadas.
Existe uma situação de discriminação transversal a toda a sociedade portuguesa relativamente aos ciganos.
Não há confiança³.

A tendência acaba por ser a de agregar (generalizar) todas as pessoas pertencentes a um grupo com as mesmas características, neste caso, preconceitos, ideias, crenças, etc. Este é um dos aspetos que as comunidades ciganas tentam combater atualmente.

Cada pessoa cigana é invisível, não é tratada pelo seu nome.
É anulada na categoria preconceituosa da categoria Cigano.
As instituições têm incompreensão de determinadas atitudes culturais que as pessoas ciganas apresentam.⁴

³ Pontos de vista dos/as participantes nas sessões de construção do PLICC de Almada

⁴ idem

Mesmo quando estamos perante situações ou episódios em que parece existir algum contexto de equidade, ainda prevalece a desigualdade de poder, traduzida na posição paternalista da sociedade maioritária relativamente às pessoas ciganas. Como exemplo desta desigualdade as associações ciganas partilham o caso da sua participação em projetos direcionados para as pessoas ciganas e à sua (não) consideração enquanto parceiros formais dos projetos e não apenas como recetores de iniciativas.

A desconfiança quando desconstruída é somente por camadas, reaparece sempre na camada seguinte gerando receios/desconfiança sobre a sustentabilidade das relações de igualdade atingidas.
Quando a confiança parece atingida surgem formas de racismo sofisticado.⁵

Também da parte das comunidades ciganas existiu nas sessões alguma autorreflexão relativamente à sua implicação na forma como as relações com a comunidade maioritária são estabelecidas.

Mas a comunidade e pessoas ciganas também têm responsabilidades na situação existente.
Atualmente é difícil também por causa dos próprios ciganos, também somos (ciganos) um bocadinho culpados.
As pessoas são racistas, mas nós (ciganos) também somos racistas (exemplo não querer casamentos interétnico, ter a ideia de querer continuar com a pureza da etnia cigana).
As pessoas têm de nos ver de outra forma, mas para combater os estereótipos também há que ter exemplos do lado das pessoas ciganas.⁶

Um aspeto identificado por entidades que trabalham com as pessoas ciganas no âmbito das medidas de apoio social é de que existe da parte das pessoas acompanhadas uma ausência de perspetivas e alternativas no que diz respeito ao seu futuro. De alguma forma, a cultura e modos de vida das pessoas ciganas limitam as suas expectativas de mudança, perturbando medidas que pressupõem a assinatura de um contrato social em que existem metas de mudança a ser cumpridas.

As próprias pessoas ciganas não veem muitas alternativas no seu percurso de vida, não acreditam numa mudança.⁷

⁵ Pontos de vista dos/as participantes nas sessões de construção do PLICC de Almada

⁶ idem

⁷ ibidem

A comunidade cigana confronta-se com a complexidade da sua cultura e com as atribuições da diferença, patentes nas manifestações e interpretações. Na sua matriz simbólica destacam-se 3 aspetos que são comuns a todos: o casamento, as leis e o luto.

A cultura cigana é complexa, pode ser difícil de entender por outros os códigos e regras.⁸

Apesar disto, algumas tradições permanecem em algumas comunidades e acabam por funcionar como obstáculos à sua integração, nomeadamente no que diz respeito à educação. O acesso à educação constitui na atualidade também o maior desfasamento para uma mudança dentro das comunidades ciganas.

Alguns valores culturais das comunidades ciganas acabam por ser um obstáculo à integração das comunidades ciganas (por exemplo o obstáculo ao direito à educação das meninas). O facto de existir uma infância muito curta (12/13 anos) e um tempo adulto precoce dificulta os tempos necessários para que as mudanças se produzam numa geração quebrando o ciclo de reprodução da situação de discriminação (Exemplo: existe um tempo necessário para se qualificar e ter estudos de nível médio ou superior).⁹

Face ao quadro generalizado de preconceito e de conseqüente discriminação verifica-se que existe da parte de algumas pessoas ciganas uma interpretação de todas as exigências da sociedade maioritária como dirigidas em exclusivo para a comunidade cigana, sendo este comportamento entendido pela sociedade maioritária como um discurso de vitimização e como parte de uma estratégia mais alargada de não adesão (não cumprimento da dimensão dos deveres).

Apetência de algumas famílias ciganas para recorrer à vitimização, protegendo-se de assumir as suas responsabilidades sob a capa de ser uma perseguição (Exemplo: a escola só me chamou para inscrever as crianças porque sou cigano, se não fosse já não chamavam).
Falta de compreensão da dimensão dos direitos e deveres, enquanto cidadão e cidadã portuguesa, em resultado da falta de qualificações e pobreza.¹⁰

É consensual que estamos perante um processo em que todos têm de fazer movimentos de mudança tendo em vista o combate dos estereótipos e por esta via o fim das discriminações que ainda persistem enraizadas na nossa sociedade.

A transformação das impossibilidades em possibilidades tem de ser trabalhada de ambas as partes.¹¹

⁸ ibidem

⁹ Pontos de vista dos/as participantes nas sessões de construção do PLICC de Almada

¹⁰ idem

¹¹ ibidem

2.2 - A perspetiva de quem está nas entidades *versus* os “destinatários”

Do lado das entidades institucionais existe uma perceção generalizada acerca da comunidade cigana e que a arruma no grupo das pessoas pobres, iletradas ou com baixa escolaridade e que não deseja a integração.

De facto, e como já foi referido anteriormente, 97% das famílias ciganas estão abaixo do limiar da pobreza e essa condição aliada a um quadro de discriminação sistemática coloca-as numa situação de particular vulnerabilidade e de prolongamento do não acesso a dimensões que as poderiam retirar dessa condição.

Por outro lado, os 3% das famílias ciganas que não se encontram abaixo do limiar da pobreza são invisíveis para as instituições, ou invisibilizados pelos preconceitos existentes. Mas são também invisíveis para os 97% de famílias ciganas abaixo do limiar da pobreza. O problema da posterior (possível) discriminação destas pessoas reforça esta invisibilidade, conduzindo a um sentimento e necessidade de proteção dentro da comunidade.

As entidades referem muitas dificuldades em trabalhar com estas comunidades e em lidar com os conflitos existentes entre famílias. Foi referido pelas associações de que dentro da comunidade existe um início de trabalho nomeadamente com jovens no sentido de combater estes conflitos (“andar para a frente”) e foi referido o papel importante das Igrejas Evangélicas neste âmbito.

Foi também partilhada a dificuldade de entendimento relativamente às respostas que as entidades dão: verifica-se frequentemente que os tempos dos serviços são diferentes dos tempos das pessoas, das suas necessidades, existindo de parte a parte dificuldade de entendimento relativamente às rotinas quotidianas. Foi evidenciada a necessidade de haver uma maior partilha dos valores entre todos – os serviços entenderem as lógicas e tempos das pessoas entenderem o modo de funcionamento e limitações dos serviços.

No âmbito das sessões de construção do PLICC foram partilhadas por todos os intervenientes diversos problemas e necessidades que a comunidade cigana enfrenta e que advêm como consequências do cenário de discriminação generalizado que enfrentam. Muitos destes problemas e necessidades foram já elencados na primeira parte do diagnóstico. Destacam-se neste ponto algumas perceções e sentimentos dos atores presentes, complementadas com a identificação dos recursos e projetos locais e que são essenciais para pensar as estratégias locais.

2.3 - Conhecimento sobre as pessoas ciganas

Em Almada a intervenção com as comunidades ciganas teve o seu início associado a duas medidas de política central:

- O Programa Especial de Realojamento (PER), implementado pelo Município de Almada, no âmbito do qual se procederam a processos de realojamento de famílias ciganas que residiam em bairros de barracas;
- A aplicação da medida Rendimento Social de Inserção (nesta fase ainda Rendimento Mínimo Garantido), implementada por diversas entidades locais.

Foi no âmbito desta última medida que ocorreu a produção de mais conhecimento sobre as comunidades ciganas de Almada, uma vez que as instituições se depararam com inúmeras dificuldades, fruto do desconhecimento evidente que tinham sobre estas comunidades e da necessidade de responder a exigências da aplicação de uma medida que encontrava muitos obstáculos na sua aplicação.

Em 1998 é realizada uma primeira abordagem ao conhecimento dos modos de vida das comunidades ciganas pela Associação Solidariedade e Desenvolvimento do Laranjeiro (ASDL), uma vez que esta entidade se deparou na sua área de intervenção com um bairro novo criado no âmbito do PER no qual foram realojadas muitas famílias ciganas (Bairro de Santo António).

No **IV Encontro Nacional do Projeto Nómada**, que decorreu em **junho de 1998 em Setúbal**, a ASDL apresentou uma reflexão acerca das crianças ciganas e da relação com a escola denominada “Quando toda a família vem à escola”, no âmbito da qual foram apresentadas as dificuldades das escolas em receber as crianças e adultos ciganos, que pela aplicação da medida RSI tiveram que frequentar.

Será interessante verificar que já nesta altura já se refletia acerca da questão da criação de relações e da forma como o acolhimento e a empatia e o afeto são fundamentais nos processos de integração:

“Dadas as características de liberdade em que estas crianças são educadas, sem que seja falta de controlo, gerou-se uma aparente confusão (mexer em tudo o que havia na sala, sentá-las em cima da mesa, deixá-las chorar e gritar, chamarem-se à distância como se estivessem no bairro, etc.). Perante isto tivemos que tomar uma atitude (...) houve necessidade de arranjar alguém que numa sala contígua que tomasse conta das crianças (...) não tendo resultado, uma das ciganas mais nova prontificou-se a ajudar e ficava ela com as crianças. Numa aparente desorganização, continuámos a trabalhar”.¹²

¹² IV Encontro Nacional do Projeto Nómada, reflexão da ASDL acerca das crianças ciganas e da relação com a escola denominada “Quando toda a família vem à escola”, Setúbal, junho de 1998

Ainda neste Encontro foram apresentados dados de diagnóstico relativos às comunidades ciganas residentes na zona do bairro PIA – Plano Integrado de Almada – no Monte de Caparica por parte da Santa Casa da Misericórdia de Almada (SCMA):

- N.º de agregados familiares: 90, representando cerca de 2,5% da população do bairro;
- Pirâmide etária jovem, situando-se a média de idades na casa dos 25 anos;
- Percentagem de homens 51,1% e de mulheres 48,9%;
- População cigana nas escolas do 1.º Ciclo desta zona: numa população escolar de 470 alunos, existem 30 crianças de etnia cigana (6,4%).

Principais problemas identificados: analfabetismo ou baixa escolaridade, nomeadamente nas mulheres; insucesso escolar nas crianças e jovens, percentagem elevada de abandono escolar, insuficiência de rendimentos, más condições habitacionais devido a sobreocupação, percentagem elevada de pessoas com dependências.

Em **2000**, a Santa Casa da Misericórdia de Almada organizou um **Seminário** denominado “**Conhecimento e Intervenção com Comunidade Cigana**” com o objetivo de refletir e produzir conhecimento sobre as comunidades ciganas de Almada, mas também para a partilha de boas práticas. Neste Seminário foi apresentado um diagnóstico relativo à comunidade cigana residente no Monte de Caparica, tendo sido aplicados questionários aos agregados familiares e realizadas entrevistas. Estamos a falar de uma área com cerca de 15 000 habitantes.

Foram contabilizados 50 agregados familiares, 82 núcleos familiares num total 270 pessoas, que residem nomeadamente no Bairro Amarelo e no Bairro Rosa. A população é bastante jovem, com uma média etária de 25 anos, sendo que apenas 3,7% da população tem mais de 60 anos. No que diz respeito às habilitações, verifica-se que quase 60% apresenta uma escolaridade até ao 3.º ano e 23% é analfabeta. Será importante ainda destacar que é no sexo masculino que se situa o maior número de pessoas com o 3.º ou 4.º ano. A entrada no mundo de trabalho dá-se precocemente: 50% dos inquiridos começou a trabalhar antes dos 16 anos. A ocupação profissional dominante era a venda ambulante, sendo que para 36% dos agregados esta era a única fonte de rendimento, 18% vivia dependente de prestações sociais.

Os agregados tinham uma dimensão média de 5 elementos. Viviam em Almada há mais de 10 anos, tendo a sua origem maioritariamente em Lisboa e Vale do Tejo existindo, no entanto agregados provenientes do distrito de Faro, e da região Centro e Sul.

Nesta altura já as condições habitacionais tinham melhorado significativamente, depois do seu realojamento. Os principais problemas registaram-se na sobreocupação. Nos inquéritos aplicados as pessoas ciganas partilharam uma opinião positiva do bairro onde residem e fazem uma avaliação positiva das relações de vizinhança.

No que diz respeito à identificação das necessidades, já nesta fase o problema da escassez dos mercados e locais para a venda ambulante se tornava um problema por isso a maior aspiração destas pessoas era a existência de um mercado no Monte da Caparica.

Neste diagnóstico, para além dos dados quantitativos, são apontadas pistas no que diz respeito a tendências futuras e análise de outras dimensões mais qualitativas:

“No dia-a-dia já se verificam algumas mudanças, principalmente entre as gerações mais novas e entre sexos. A mulher cigana frequenta a escola, participa mais nas atividades para eles direcionadas, é quem mais recorre aos serviços sociais. É também ela que identifica mais acentuadamente o que culturalmente não lhe é permitido fazer, desde o trabalhar fora de casa e do bairro, até ao modo de vestir e participar de momentos de convívio não ciganos”.

“Os jovens nasceram e foram socializados no quadro da sociedade dominante onde sofreram a influência de contextos como a escola, os media, a cidade ou das redes de sociabilidade juvenis. E por maior que seja a importância da família e por mais que ela constitua um espaço fechado de reprodução da cultura de origem, já se verificam atualmente alterações no modo de vida do cigano e a sua ligação à toxicod dependência e ao tráfico, práticas que até há uns anos atrás eram difíceis de conceber que fossem adotadas por esta comunidade”.¹³

Ainda neste diagnóstico é realizada uma reflexão acerca da adequabilidade e articulação das respostas e das metodologias das organizações no acompanhamento das famílias ciganas e dos resultados que se obtêm:

“Elaboramos planos de inserção que passam pela legalização da atividade da venda, mas em contrapartida não lhes disponibilizamos lugares no mercado (...)”.

“Propomos formações como por exemplo a cestaria onde a sustentação da atividade parece frágil. No fundo não ouvimos as pessoas para quem trabalhamos e com quem devíamos trabalhar”¹⁴

Em 2008, a equipa do NLI de Almada convidou Mirna Montenegro para fazer umas sessões com os técnicos de acompanhamento do RSI com o objetivo de melhor entender e intervir com as comunidades ciganas, tendo por base algumas questões suscitadas em reuniões de apresentação e aprovação de Planos de Inserção. No âmbito destas sessões foi realizada uma nova recolha de dados sobre as famílias ciganas enquadradas na medida RSI, de forma a atualizar o diagnóstico existente.

Os resultados desta reflexão e os dados de diagnóstico foram partilhados com a Rede Social e outros agentes numa **Jornada realizada em maio de 2008 denominada “Intervenção com a Comunidade Cigana – perspetivas e desafios”**, que teve os seguintes objetivos:

¹³ Seminário “Conhecimento e Intervenção com Comunidade Cigana”, Santa Casa da Misericórdia de Almada, 2000

¹⁴ Diagnóstico Social da Comunidade Cigana residente no PIA, 2000, SCMA.

- Partilhar práticas e realidades locais, ao nível dos problemas, metodologias, potencialidades e constrangimentos do trabalho com Comunidade Cigana,
- Conhecer outras experiências e recursos,
- Promover intervenções locais sustentadas.

Deste Encontro saíram algumas conclusões/reflexões, que mantêm a sua atualidade e que não podem deixar de ser consideradas no desenho futuro da intervenção local nesta área:

1. O “retrato” socioeconómico das famílias ciganas abrangidas pelos RMG/RSI mantém-se, no essencial, inalterado desde o último diagnóstico. Isto é, a problemática diagnosticada em 1995/96 continua a persistir. Neste sentido e de forma a perceber melhor o impacto das políticas sociais, seria importante que estes diagnósticos incluam uma análise dos impactos havidos a nível da memória afetiva das pessoas ciganas apoiadas e envolvidas em programas de intervenção e animação comunitária.
2. Será importante contemplar a vertente participativa nos projetos a desenvolver. Ou seja, contar, desde a fase da conceção, com os destinatários das intervenções na coresponsabilização das ações a implementar, da metodologia a utilizar e das estratégias a empregar.
3. Estabelecer uma metodologia de intervenção assente na construção de uma rede de parcerias locais (e/ou nacionais) articulando serviços públicos e privados, ONG, IPSS, autarquias;
4. Rentabilizar recursos endógenos e saberes contextualizados, por vezes muito mais eficientes e eficazes que especialistas exógenos. Ainda pouco se investe nas pessoas da comunidade que também manifestam essa característica, tais como os líderes locais, os mediadores locais de conflito, os técnicos que conseguiram construir uma relação de confiança com as comunidades ciganas.
5. Assegurar um acompanhamento de retaguarda aos técnicos e profissionais que trabalham diretamente com as comunidades ciganas, para colmatar e atenuar o sentimento de impotência e de desânimo que os perturba perante os desfasamentos do sistema (o tempo técnico *versus* o tempo do processo de mudança das pessoas; o tempo dos serviços *versus* o tempo que as pessoas e projetos precisam para criarem dinâmicas sociais empoderadoras e empreendedoras) e as atribulações das comunidades ciganas (cultura ciganas – luto, contrários, papel da mulher, etc.). Necessário o que Mirna Montenegro chama de ECOFORMAÇÃO – formação em contexto de trabalho, formação em situação, recorrendo à endogenia dos saberes construídos.

Depois destas jornadas os últimos 10 anos foram de estagnação no que diz respeito à produção de conhecimento ou reflexão acerca das comunidades ciganas. O conhecimento local encontra-se muito espartilhado, no sentido em que cada entidade terá o conhecimento relativo à sua área específica (cada Escola conhece “os seus” alunos e famílias, a Divisão de Habitação conhece “os seus” inquilinos, a IPSS conhece “os seus” beneficiários de RSI...). Ou seja, não existe nenhuma sistematização coletiva ou tentativa de recolha sistemática de dados que permitam conhecer um pouco melhor estas comunidades, como se fez anteriormente.

Os vários diagnósticos sociais elaborados em Almada não contêm informação respeitante às comunidades ciganas, nem esta foi considerada como uma área de intervenção por parte do município ou rede social. Para o estudo realizado pelo IHRU acerca das condições habitacionais das comunidades ciganas residentes em Portugal¹⁵, Almada não contribuiu com dados, tendo, no entanto, respondido ao questionário que foi enviado aos Municípios no âmbito do último estudo nacional sobre as comunidades ciganas.¹⁶

Esta será, portanto, uma área onde será necessário investir localmente para que o município obtenha informação útil para delinear futuras estratégias locais de intervenção.

2.4 - Cidadania inclusiva e de não discriminação

Tal como referido anteriormente, as questões do preconceito e discriminação foram consideradas as mais graves enquanto obstáculo à inclusão das comunidades ciganas.

Em Almada o investimento principal junto destas comunidades está incluído no investimento da autarquia no acesso a uma habitação condigna às famílias/pessoas em situação de fragilidade. Decorrente disto, o investimento do município na criação de relações interétnicas e de proximidade e de combate à discriminação têm sido esporádicas, cabendo às entidades locais a iniciativa do desenvolvimento de alguns projetos.

¹⁵ Caracterização das condições de habitação das comunidades ciganas residentes em Portugal, IHRU

¹⁶ Mendes, M., Magano, O. & Candeias, P. (2014). Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas. Lisboa: Observatório das Comunidades Ciganas.

A este título é de assinalar, em 2018, a realização da Exposição Fotográfica *Singular do Plural* no âmbito da 8.ª edição do Mês da Fotografia ImaginArte Almada (promovida em parceria pela CMA, ImaginArte Almada e EAPN).

<p>CULTURA</p>  <p>8.ª Edição do Mês da Fotografia ImaginArte Almada</p>	<p>20 profissões. 20 pessoas. 20 ciganos e ciganas.</p> <p>Para quê? Para desmistificar um plural - "os ciganos" -, supostamente representativo de uma entidade coletiva apenas imaginária, e quase sempre negativa, que procura classificar o todo ignorando as partes.</p> <p>E, maioritariamente, responsável pela manutenção de estereótipos negativos que alimentam a discriminação social e as suas maléficas consequências.</p> <p>"Singular do Plural" da autoria de Maria José Vicente (textos) e Sérgio Aires (fotografias) insere-se na campanha nacional da EAPN Portugal / Rede Europeia Anti-Pobreza, "A Discriminação é Falta de Educação", lançada em abril</p>	<p>municipal de Almada, o ImaginArte Almada em parceria com a EAPN Portugal/ Rede Europeia Anti-Pobreza, têm o prazer de convidar V. Ex^{as} para a inauguração da Exposição da autoria de Maria José Vicente (textos) e Sérgio Aires (fotografias), inserida na iniciativa "Singular do Plural", a realizar no dia 16 de novembro de 2018, pelas 16h00.</p> 
--	---	--

É ainda de destacar a Associação Lifeshaker que, com dois projetos aprovados no âmbito do Fundo de Apoio à Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (FAPE) em 2015 e 2016 – o Projeto SIM! e ROMA+ –, desenvolveu ações tendo em vista a quebra de preconceitos. No Projeto SIM! foi construída a campanha “Corta o preconceito”, que pretendeu ser um contributo partilhado e coletivo para a desconstrução de estereótipos com forte enraizamento histórico e cultural na nossa sociedade.



No projeto “ROMA +” foi privilegiada a intervenção na dimensão de capacitação junto dos jovens ciganos e da sua vertente associativa (com a associação Kalé Heritage), tendo os mesmos a oportunidade de participar no processo de construção de um pacto para a juventude ibero-americano.

Estes projetos têm tido um impacto muito positivo junto da comunidade juvenil no Monte de Caparica, nomeadamente nas comunidades ciganas, na criação de relações com os jovens da comunidade maioritária, mas também no surgimento de jovens ciganos com outras aspirações, nomeadamente no que diz respeito à continuação dos estudos.

Existe aqui um potencial que deverá ser canalizado para todo o concelho.

Têm-se realizado igualmente outras atividades e iniciativas promovidas nomeadamente pelas Associações Representativas de Pessoas Ciganas (ARPC). Em Almada existem atualmente 4 associações representativas das comunidades ciganas:

Nome	Sede	Ano de criação e objetivos	Iniciativas já desenvolvidas
ACEK Associação Cultural da Etnia Cigana	Monte de Caparica	2017 Promoção de eventos culturais, desportivos e recreativos envolvendo as comunidades ciganas	
Agarrar Exemplos, Associação de Desenvolvimento e Promoção das Comunidades Ciganas	Feijó	2018	2019: Projeto “Mais informação, melhor integração”, candidatura ao PAAC; 2020: Projeto “Maria da Penha”, candidatura ao FAPE. 2021: Projeto “Passa a Palavra” candidatura ao Programa Bairros Saudáveis
Costume Colossal – Associação para a Integração das comunidades Ciganas		2019 Defender os direitos ciganos, promover a cultura cigana, a igualdade de género, a educação, a formação profissional, a empregabilidade e a mediação intercultural nas comunidades ciganas	Participação na audição da assembleia da república às comunidades ciganas; Ações de sensibilização sobre história cigana nas escolas 2020: Projeto “Pontes Sem Margens, candidatura ao FAPE. 2021: Projeto “Criando raízes”, candidatura ao DLBC Urbano Envol20 Almada
Kalé Heritage	Monte de Caparica	2014	Associação registada no Registo Nacional do Associativismo Jovem Campanhas contra discriminação Várias atividades do IPDJ

Fonte: DIIS/DISH, CMA, 2022

Adicionalmente as IPSS e Serviços Públicos locais no âmbito das suas atividades e intervenção têm uma larga experiência de trabalho com as populações de etnia cigana importando, no âmbito deste plano, promover a partilha de preocupações e motivações para a criação de soluções colaborativas. Importa também promover a deteção, partilha e visibilidade das diferentes estratégias de sucesso que foram sendo implementadas ao nível das organizações e de cada profissional.

Em 2017 o ACM desenvolveu uma linha de apoio denominada Programa de Apoio ao Associativismo Cigano (PAAC) que visou: Incentivar a participação das comunidades ciganas, enquanto exercício de cidadania; Promover o combate à discriminação e sensibilização da opinião pública; Apoiar iniciativas/projetos de organizações da sociedade civil; Investir em estratégias de empoderamento das mulheres ciganas através do associativismo feminino; Valorizar a história e cultura cigana; Enquadrar os valores familiares ciganos nos princípios e valores da sociedade portuguesa; Sensibilizar as instituições públicas para a mediação intercultural, enquanto estratégia promotora de serviços mais inclusivos. Uma das condições para acesso a esta linha de financiamento era de que maioritariamente os seus órgãos sociais fossem constituídos por pessoas ciganas, de forma a garantir a representatividade deste grupo.

Em 2019 a Associação Agarrar Exemplos desenvolveu o Projeto “Mais informação, melhor integração”, no âmbito de candidatura ao PAAC.

Em 2020 decorreu a abertura da linha de financiamento ao Programa Fundo de Apoio à Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (FAPE), sob a gestão do Alto Comissariado para as Migrações, tendo sido solicitados pareceres aos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS) para os projetos com orçamento superior a cinco mil euros. O FAPE destina-se à promoção de projetos junto das comunidades ciganas, sendo fator de majoração serem promovidos por associações de pessoas ciganas.

No município de Almada foram aprovados 2 projetos, nomeadamente:

- Projeto “Pontes Sem Margens”, desenvolvido pela Associação Costume Colossal, dirigido ao trabalho com a comunidade educativa (docentes, alunos, famílias) da EB n.º 1 da Trafaria (12 meses, de junho de 2020 a de junho de 2021), que não careceu de parecer do CLAS, em virtude do orçamento apresentado ser inferior a cinco mil euros.

- Projeto “Maria da Penha”, desenvolvido pela Agarrar Exemplos – Associação de Desenvolvimento e Promoção das Comunidades Ciganas, dirigido a mulheres ciganas, para a sensibilização e prevenção para as questões da violência doméstica e de género, a desenvolver no território do Laranjeiro (Bairros de S. João e Bairro de Santo António), para a qual o CLAS de Almada emitiu parecer favorável (15 meses, de abril de 2020 a julho de 2021).

Ainda em 2020, a Associação Agarrar Exemplos concorreu à linha de financiamento do Programa Bairros Saudáveis e viu aprovada a sua candidatura ao Projeto “Passa a Palavra”. O projeto teve início em 2021, a desenvolver no território do 1.º Torrão e 2.º Torrão na Trafaria, com intervenção no âmbito da área Saúde, da área Social e da área Ambiental.

Em janeiro de 2021, com a abertura da 8.ª Geração ao Programa Escolhas, a Associação Lifeshaker apresentou uma candidatura com o Projeto denominado “Este País É Para Cigan@s – E8G”, a desenvolver no território da União de Freguesias de Caparica e Trafaria, o qual até final do 1.º trimestre terá resposta quanto à sua aprovação.

Ainda em 2021 e no âmbito do Programa DLBC Urbano Envol20 Almada, promovido pela Santa Casa da Misericórdia de Almada, a Associação Costume Colossal concorreu a esta linha de financiamento a projetos de âmbito social e viu financiado o Projeto “Criando raízes”.

2.5 - Intervenção em mediação intercultural

Em Almada não existe nenhuma tradição de projetos de mediação. Sendo esta uma das estratégias mais desenvolvidas e com resultados visíveis no trabalho com as comunidades ciganas, foi natural que nas sessões de construção do PLICC esta dimensão tenha aparecido de uma forma transversal nas discussões como meio de poder introduzir mudanças em várias áreas.

Na opinião das associações representativas de pessoas ciganas este será o meio privilegiado para conseguir construir relações e pontes entre as comunidades. A área que foi considerada prioritária pela generalidade dos atores presentes, enquanto espaço de atuação da mediação intercultural, foi a educação, uma vez que esta será a via privilegiada de empoderamento das pessoas ciganas e que poderá conduzir a mudanças nas outras áreas.

Apesar deste aparente consenso em torno das questões da mediação, tornou-se claro que existem entendimentos diferenciados relativamente àquilo que é entendido por mediação intercultural. Se para uns a mediação é entendida enquanto ferramenta de empoderamento e de construção de relações interculturais, para outros os mediadores funcionam como elementos que facilitam o acesso aos serviços, outros ainda ligam o trabalho da mediação à mediação de conflitos. Ou seja, parece claro que para o desenvolvimento de um projeto municipal de mediação intercultural terá primeiramente de existir um trabalho de informação / formação a todos os intervenientes sobre a mediação intercultural, de forma a não criar expectativas num projeto que depois não se concretizam.

Será importante referir que existem elementos das associações da comunidade cigana que já frequentaram ou estão a frequentar formação como mediadores interculturais, o que poderá ser uma potencialidade a ter em conta nas medidas a definir no plano.

2.6 - Condições efetivas de acesso à educação sucesso educativo e aprendizagem ao longo da vida de pessoas ciganas

A dimensão da educação foi claramente a mais debatida e aquela que foi considerada unanimemente como a mais importante impulsionadora de mudanças dentro da comunidade cigana, nomeadamente quanto ao acesso ao emprego, ao poder de cidadania e político.

Se por um lado é clara a falta de qualificação da maioria das pessoas ciganas, por outro lado não parece existir da parte de algumas entidades educativas uma preparação para a diversidade e interculturalidade.

Foram vários os exemplos relatados pelos participantes nas sessões de situações em que a escola não foi inclusiva, mas também de situações em que do lado das pessoas ciganas não houve vontade de dialogar com a escola. Em algumas escolas existem situações de crianças de etnia cigana deslocadas dos restantes alunos. Em algumas comunidades ciganas existem raparigas que não prosseguem os seus estudos.

Mais uma vez, as associações ciganas reforçaram a importância de se evitar a generalização e de que o cenário atual é de mudança no que diz respeito ao olhar que a comunidade cigana tem sobre a educação, nomeadamente das raparigas e que é cada vez mais o número de meninas que prossegue os estudos. Estes casos deveriam ser mais valorizados por toda a sociedade.

Foram relatadas boas práticas em escolas do concelho nas quais foram implementadas estratégias que apoiaram as crianças ciganas na integração em sala de aula, sem as retirar do espaço comum, com resultados positivos na motivação das crianças para a escola e no estabelecimento de relações de confiança entre escola e família.

2.7. Condições para uma participação plena e igualitária de pessoas ciganas no mercado de trabalho e na atividade profissional

O problema da inserção profissional das pessoas ciganas é um dos principais obstáculos para a sua plena integração e autonomização, conduzindo a uma dependência crescente das medidas de política social. Este problema tem-se agravado e conduzindo a situações de grave carência económica, resultado da redução da venda ambulante enquanto atividade economicamente remunerada. A concorrência com o comércio, nomeadamente asiático, tem conduzido a uma situação em que a venda ambulante deixou de assegurar o rendimento necessário à família.

As alternativas são reduzidas: face a qualificações baixas, mas fundamentalmente devido à discriminação transversal sobre as pessoas ciganas que se verifica na sociedade portuguesa, torna-se muito difícil o acesso ao mercado de trabalho.

A questão da educação de adultos e da formação profissional, que poderia constituir uma solução para estas situações, acaba por não trazer grandes impactos e resultados por diversos motivos, que foram partilhados pelos intervenientes das sessões:

- descontinuidade na frequência das ações de formação, que pode estar associada a fatores como a desmotivação para a aprendizagem ou dificuldade de conciliação da vida pessoal com a formação;
- desadequação da oferta formativa face às expectativas das pessoas;
- desadequação das metodologias utilizadas ao público em causa.

No Concelho de Almada existem duas entidades que asseguram ações de educação de adultos, nas quais as pessoas ciganas são integradas: o Centro Qualifica da Escola Secundária Cacilhas-Tejo e a Santa Casa da Misericórdia de Almada, através da disponibilização de cursos EFA (Educação e Formação de Adultos) de diferentes níveis. O Centro de Emprego de Almada encaminha também pessoas para ações de formação profissional no Centro de Formação Profissional do Seixal.

2.8. Condições para uma efetiva igualdade de acesso a uma habitação adequada por parte de pessoas ciganas

O acesso à habitação constitui um direito básico que ainda não se encontra assegurado a todos, sendo que em Almada permanecem situações de comunidades ciganas a residir em bairros degradados de barracas. No entanto, tal como referido na primeira parte do diagnóstico, Almada apresenta uma percentagem significativa de pessoas ciganas a residir em habitação social, enquadrada em diferentes bairros dispersos pelo Concelho.

Apesar deste retrato, todas as pessoas ciganas que não residem em habitação social ou que pretendem autonomizar-se dos seus pais encontram barreiras no acesso a uma habitação arrendada, não só pela questão monetária, mas principalmente pelo preconceito existente, sendo-lhes negado frequentemente o arrendamento no mercado privado, sem alternativas possíveis.

A questão do acesso das pessoas ciganas à habitação, nomeadamente de natureza social, acaba por ser um elemento de tensão para o município, que, face a recursos limitados, tem de fazer uma gestão que é difícil face às diferentes solicitações e perante o facto de que a discriminação que as pessoas ciganas sofrem as coloca numa posição de vulnerabilidade acrescida neste âmbito.

Outro dos aspetos ficados foi a integração da comunidade cigana na restante comunidade residente em bairros de habitação social: as questões da convivência, do cuidado, do espaço público, da ausência de espaços mais direcionados para o tempo lúdico ou recreativo em que todos pudessem relacionar-se positivamente, fomentando relações de vizinhança.

Este período, em que se reequacionam as políticas ativas de habitação, poderá constituir-se como uma oportunidade de reflexão acerca dos problemas que permanecem no acesso das pessoas ciganas a uma habitação e de que forma o município poderá prever respostas para este problema.

2.9. Condições efetivas de ganhos em saúde ao longo dos ciclos de vida de pessoas ciganas

O acesso à saúde foi considerado pelos presentes como um aspeto positivo, no sentido em que não foram identificados obstáculos ou dificuldades em ter acesso a cuidados de saúde, quer primários, quer hospitalares.

Aliás, **a saúde foi considerada como uma área exemplo em que as relações de proximidade e de confiança** têm permitido que mais famílias tenham acesso a cuidados médicos e adesão a terapêuticas. Já não foi tão claro o impacto desta relação de proximidade na promoção de comportamentos saudáveis, de prevenção de doenças, que é um dos aspetos mais importantes de trabalhar nas comunidades ciganas, face à **esperança de vida menor** que apresentam.

Ano de 2020

Tertúlia “A Mulher Portuguesa Cigana” - 7 março de 2020, realizada na Casa da Cerca – Centro de Arte Contemporânea. Integrado no Programa das Comemorações do Dia Internacional da Mulher.

A Tertúlia “A Mulher Portuguesa Cigana” foi promovida pela Associação Costume Colossal em parceria com a Câmara Municipal de Almada e pretendeu ser um espaço de partilha, entre mulheres ciganas de várias idades e contextos, com recurso a uma moderadora (em representação do Instituto das Comunidades Educativas) e interação com o público, onde o papel da mulher cigana na sociedade em geral e no mundo foi debatido.



Ano de 2021

Apresentação pública do Projeto “Pontes Sem Margens”, pela Associação Costume Colossal – 22 de junho de 2021, na Sala Pablo Neruda, Fórum Municipal Romeu Correia.

Foi realizada a apresentação pública do Projeto “Pontes Sem Margens”, resultado da candidatura ao FAPE. No final da iniciativa, foi hasteada a bandeira do povo cigano no exterior do Fórum Municipal Romeu Correia, acompanhada da reprodução em simultâneo do hino do povo cigano.



Sessão de formação - Programa ROMED

No âmbito do Programa ROMED, a Associação Letras Nómadas, promoveu uma ação de formação de Mediação Intercultural, organizada em 4 sessões, de duas horas cada, que se realizou em setembro de 2021, na Biblioteca Municipal Maria Lamas.

Esta formação foi dirigida a 15 formandos/as da Associação Costume Colossal.

Lançamento do livro de Olga Mariano

Em novembro de 2021 decorreu o lançamento do livro de Olga Mariano, também na Biblioteca Municipal Maria Lamas, o qual resultou de um Projeto FAPE, no âmbito de uma atividade da Associação Agarrar Exemplos.

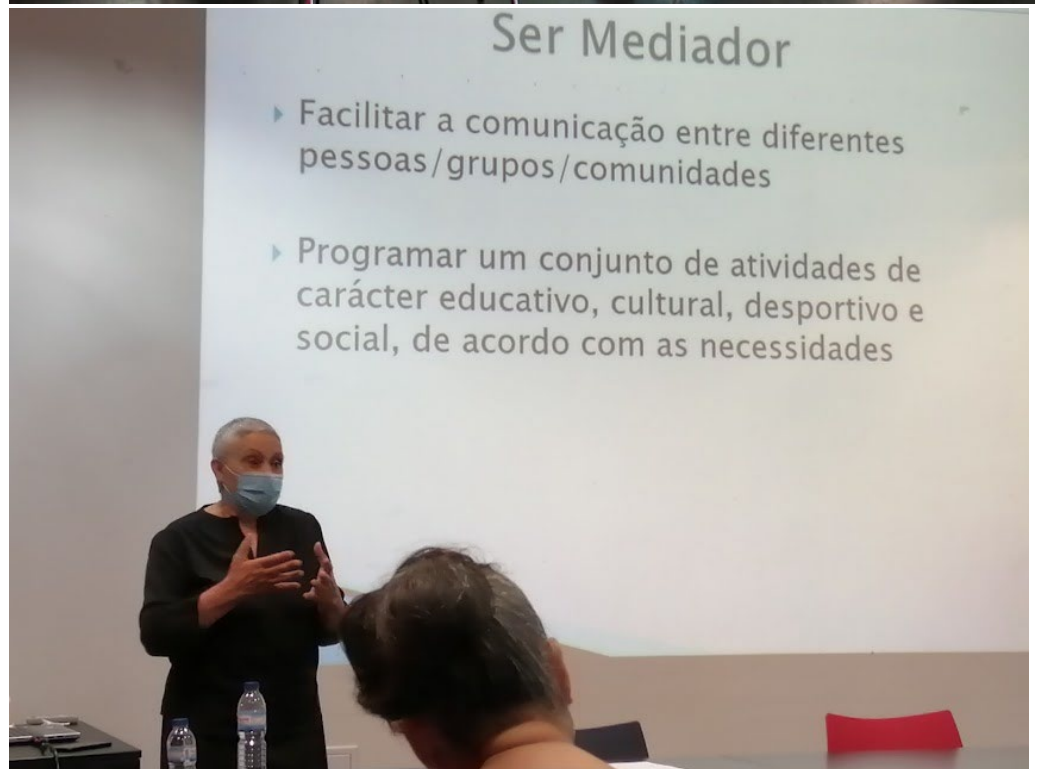
Ano de 2022

Projeto Mediação Intercultural com as Comunidades Ciganas

No âmbito do PLICC, a Mediação Intercultural junto das comunidades ciganas no domínio da educação decorre de protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal de Almada, a Associação Lifeshaker e o Agrupamento de Escolas Miradouro de Alfazina, que prevê a contratação de um/a mediador/a intercultural.

Pretende-se com esta mediação acompanhar os percursos escolares dos alunos/as ciganos/as integrados no Agrupamento de Escolas Miradouro de Alfazina, na mediação entre a Escola/Família, com vista à prevenção do abandono escolar precoce e combate ao insucesso escolar.





Análise swot¹⁷ relativa ao diagnóstico

Forças	Fraquezas
<p>N.º de associações representativas das comunidades ciganas (4), <u>N.º de famílias ciganas com resposta habitacional pública,</u> <u>N.º elevado de crianças a frequentar a escola no 1.º e 2.º ciclos,</u> <u>N.º significativo de jovens rapazes a frequentar secundário (com tendência para aumentar),</u> <u>Acesso aos cuidados de saúde primários.</u></p>	<p>Descontinuidade dos Programas Escolhas (nas sucessivas Gerações), que interrompe a intervenção iniciada (zonas do Monte de Caparica e Costa de Caparica), Famílias ciganas ainda a residir em bairros degradados, Dificuldades no acesso ao mercado de trabalho, Permanência de preconceitos face às comunidades ciganas, Dificuldade acesso ao mercado privado de habitação (nomeadamente arrendamento), Desadequação do formato da oferta formativa, Ausência de comportamentos preventivos da saúde, Muitas raparigas permanecem fora do sistema escolar a partir do 2.º ciclo.</p>
Oportunidades	Ameaças
<p>Linhas de financiamento da ENICC e de outras medidas de políticas públicas (Programa Bairros Saudáveis financiamento DLBC Urbano Envio20 Almada), Futura Estratégia Local de Habitação, Momento atual que se vive dentro das comunidades ciganas de mudança, Nova perspetiva face à educação por parte de algumas comunidades ciganas, Projeto de mediação Recursos da CMA.</p>	<p>Futura Estratégia Local de Habitação, Permanência do preconceito, Descontinuidade da intervenção.</p>

¹⁷ SWOT - Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças): a Análise SWOT (ou FOFA: Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) é uma ferramenta de gestão que serve para fazer o planeamento estratégico de empresas e projetos.

ÍNDICE DE SIGLAS

- ACM** – Alto Comissariado para as Migrações
- ARPC** – Associações Representativas de Pessoas Ciganas
- ASDL** – Associação Solidariedade e Desenvolvimento do Laranjeiro
- CLAS** – Conselho Local de Ação Social
- CMA** – Câmara Municipal de Almada
- DIAS** – Divisão de Intervenção e Integração Social
- DISS** – Departamento de Intervenção Social e Saúde
- EAPN** – (Rede) Europeia Anti Pobreza
- EB** – Escola Básica
- EFA** – Educação e Formação de Adultos
- ENICC** – Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas
- FAPE** – Fundo de Apoio à Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas
- IHRU** – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana
- IPSS** – Instituições Particulares de Solidariedade Social
- ME** – Ministério da Educação
- NLI** – Núcleo Local de Inserção
- NUTS** – Nomenclaturas de Unidades Territoriais (para fins estatísticos)
- ONG** – Organizações Não Governamentais
- PAAC** – Programa de Apoio ao Associativismo Cigano
- PER** – Programa Especial e Realojamento
- PIA** – Plano Integrado de Almada
- PLICC** – Plano Local de Integração das Comunidades Ciganas de Almada
- RMG** – Rendimento Mínimo Garantido
- RSI** – Rendimento Social de Inserção
- SCMA** – Santa Casa da Misericórdia de Almada

BIBLIOGRAFIAS / FONTES

Bibliografia de elaboração do Plano Local para a Integração das Comunidades Ciganas

RAMOS, Eugénio et al. (2000), Carta Social - Rede de Serviços e Equipamentos. Lisboa: Departamento de Estudos, Prospetiva e Planeamento.

PLATAFORMA SUPRACONCELHIA DA PENÍNSULA DE SETÚBAL, Indicadores Socioeconómicos, Proteção Social e Ação Social 2010 a 2018, Centro Distrital de Segurança Social de Setúbal.

Sitografia

<http://www.cartasocial.pt/>

<http://www.cartasocial.pt/conceitos.php?img=0#cj58>.

Consultados entre fevereiro e abril 2019

Bibliografia de elaboração do Caderno de Diagnóstico das Comunidades Ciganas

Plano Local para a Integração das Comunidades Ciganas de Almada 2019/2020

Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Almada 2018/2021

Relatório da atividade anual da Rede Social de Almada/2020

Atas do CLAS de Almada de 2020 e 2021

Atas do Núcleo Executivo do CLAS de Almada de 2020 e 2021

Divisão de Intervenção e Integração Social

Site do Alto Comissariado para as Migrações <https://www.acm.gov.pt/pt/web/10181/acm>